CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2018/88

INTERESSADA: GLAUCIA LÊNIA INHAUSER E AGLICE SANDRIE INHAUSER

ASSUNTO : Aproveitamento do estudos para transferencia para o Equador

RELATORA : Cons^a ELBA SIQUEIRA DE SÁ BARRETTO

PARECER CEE N° 318/89 APROVADO EM 29/03/89

Conselho Pleno

O Senhor Roberto Marcos Inhauser, pastor evangélico - presbiteriano, pai dos menores Gláucia Lenia Inhauser e Aglice Sandrie Inhauser, alunos, respectivamente das 5^a e 6^a séries da EEPSG "Prof^a Amélia dos Santos Musa", DE Ribeirão Preto, encaminhou requerimento do Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando sejam seus filhos considerados aprovados, após avaliação, sem terem concluído o ano letivo de 1988.

Em sua exposição de motivos, informa que, por força de seu trabalho evangélico, foi transferido para Quito, no Equador, em 23 setembro de 1988, seus filhos, conseqüentemente, não cursaram, aqui no Brasil, o 4º bimestre letivo, porém obtiveram, até setembro, índice de aproveitamento e frequência suficientes para a promoção.

No Equador, cujo ano letivo se inicia em outubro, fizeram exames de avaliação e foram considerados aptos para cursarem as séries seguintes às que faziam no Brasil, ou seja, a 6^a e a 7^a, vem frequentando as aulas com ótimo aproveitamento, porém as autoridades de ensino equatorianas pedem os documentos comprobatórios de conclusão da série imediatamente anterior, para efetuar a matrícula. Entende, também o pai, que quando do retorno no Brasil, um parecer desse órgão seria documento hábil para o prosseguimento dos estudos de seus filhos.

O Diretor da EEPSG "Prof^a Amélia dos Santos Musa" não pôde entender o solicitado pelo pai, julgando-se incompetente para emitir um documento atestando a aprovação dos alunos, em setembro, assim dada a exiguidade de tempo, mais a cobrança contínua do órgão de educação do Equador, protocolou o pedido diretamente no Conselho Estadual de Educação.

2. APRECIÇÃO

Trata o presente protocolado de solicitação do pai dos menores Gláucia LÊNIA Inhauser e Aglice Sandrie Inhauser, através seu representante legal, Senhor Hilton Inhauser, no sentido do ser-lhes aplicada avaliação especial, em nível de 5^a e 6^a série do 1º grau, a fim de serem considerados promovidos nessas séries apesar de tê-las cursado até fins de setembro, sem, portanto, frequência e notas do último

Os alunos, conforme fichas individuais, anexadas às fls. 11 e 12, apresentavam, até 26 de setembro, data do seu desligamento, bom aproveitamento e mais de 75% de frequência às aulas. Foram submetidos a provas avaliatórias, no Equador, e considerados aptos a frequentar ambos, a série imediatamente seguinte à que cursavam no Brasil. Como o ano letivo iniciou-se em outubro, no país em questão, têm frequentado as aulas, com bom desempenho, segundo o pai, porém sua matrícula formal, pois necessitam da documentação brasileira que indagam a aprovação dos alunos nas séries anteriores.

A Lei Federal 5692/71, ao dispor sobre a promoção e a retenção de alunos estabeleceu em seu artigo 14:-

"A verificação do rendimento escolar ficará, no termo regimental, a cargo dos estabelecimentos compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre as quantitativas e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

.....

§ 2º - Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade -

a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área do estudo ou atividade.

b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menção adotada pelo estabelecimento;

c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, nas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação." (grifos nossos)

O Regimento Comum das Escolas Estaduais de Primeiro Grau, aprovado pelo Decreto nº 10.623 de 26/10/77, estabelece quanto à verificação do rendimento escolar dos alunos:

"Artigo 80 - Ao término do Ano letivo, o professor atribuirá um dos conceitos enumerados no artigo 77 que expressará seu julgamento final sobre a condição de o aluno prosseguir estudos na série subsequente, ou obter certificado de conclusão de grau, quanto ao aproveitamento.

§ 1º - O professor deverá emitir, no mesmo tempo, o conceito relativo ao último bimestre e o conceito final, o entregá-los à Secretaria no prazo fixado no Plano Escolar.

§ 2º - o conceito final refletirá o desempenho de cada aluno ao longo do ano letivo.

Artigo 81 - Será considerado promovido para a série subsequente, ou concluinte de curso, o aluno que obtiver em cada componente curricular:-

I - frequência igual ou superior a 75% e conceito final Igual ou superior ao correspondente à menção C;

II - frequência igual ou superior a 50% e conceito final correspondente à menção A."

Entre as atribuições dos Conselhos de Série e de Classe, estipula o Regimento Comum das Escolas do 1º Grau, a de decidir sobre a promoção do aluno, analisando casos de discrepância entre as menções finais e bimestrais do professor, determinando o acesso a estudos de recuperação final e até opinando nos casos de recursos contra retenção, interpostos por alunos.

No mesmo dispositivo legal, estão elencadas as competências - do Diretor da Escola. O inciso II, alínea "e" do artigo 48 assim diz: -"decidir sobre petições, recursos e processos de sua área do competência, ou remetê-los, devidamente informados, a quem de direito, nos prazos legais, quando for o caso "e na alínea "g": "decidir quanto a questões de emergência ou omissas no presente Regimento ou nas disposições legais, representando as autoridades superiores". (grifos nossos)

É evidente, pelos dispositivos legais expostos, que é dada grande importância à frequência para decisão final do promover ou reter o aluno, pois a aprendizagem acontece no convívio diário com a escola, sendo vivenciada o progressivamente assimilada. Daí terem os legisladores, atribuído maior valor aos resultados de aproveitamento alcançados durante o ano letivo que ao resultado da prova final; esta foi até considerada dispensável, como mencionava a Indicação CEE 315/73.

Os alunos em questão, em se considerando a premissa acima, tiveram bom aproveitamento ao longo de três bimestres letivos, mesmo com aproveitamento inexistente no 4º bimestre, a avaliação anual (último conceito), baseada nos resultados obtidos ao longo do ano letivo, ser-lhes-ia favorável, ainda que infrequentes.

No que diz respeito à assiduidade, observa-se que mesmo com as faltas a serem-lhes computadas, referentes ao último bimestre, (correspondendo a 1/4 (um quarto) do total de aulas dadas) os interessados ficariam, ao final do ano, com frequência entre 70 e 75%.

Compatibilizando a quantidade de faltas dos interessados com as aulas dadas pela Escola, obteríamos o seguinte quadro de porcenta-

gem de frequência, a partir dos dados solicitados à Escola e anexados ao Processo, às fls 10 a 13:-

A - GLÁUCIA LÊNIA INHAUSER - 6ª série

Aulas dadas no ano	Faltas	Porcentagem de frequência
Português 161	45	72%
Lg. Inglesa 57	16	71,9%
Ed. Artística 69	17	75%
Ed. Física 95	20	78,9%
História 116	28	75,8%
Geografia 72	21	70,8%
Ed.M.Cívica 71	16	77,2%
Matem. 159	44	72,3%
Ciên.Fis.Bio. e Prog. de Saú- de 106	29	72,6%

Observa-se que obteve a percentagem legal de frequência em 4 (quatro) componentes curriculares (mais de 75%).

B - AGLICE SANDRIE INHAUSER	Faltas	Porcentagem de Frequência
Português 196	63	67,8%
Lg. Inglesa 57	16	71,9%
Ed. Artística 56	6	89,2%
Ed. Física 93	22	76,3%
História 70	18	75,2%
Geografia 95	26	72,8%
Matem. 191	57	70,1%
Ciên.Fis.Bio. e Prog. de Saú- de 127	39	69,2%

Observa-se que o aluno atingiu a percentagem legal de frequência em 3 (três) componentes curriculares e em 2(dois) ficou com frequência abaixo de 70%, sem descer, no entanto, além do 60%.

O Conselho Estadual de Educação, através da Deliberação 10/76, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei Federal 5692/71, fixou o mínimo de frequência para promoção nas escolas do sistema, assim dispondo:-

Art. 1º - "Para efeito do disposto na alínea "c" do § 3º de artigo 14 da Lei 5692/71, a frequência mínima em cada disciplina, área de estudo e atividade, no ensino de 1º e 2º graus, será de 60% (sessenta por cento) das aulas dadas e atividades pedagógicas de frequência obrigatória.

Art. 2º - No caso da alínea "b" do § 3º de artigo 1º da mesma lei, a frequência mínima em cada disciplina, área de estudo e atividade, no ensino de 1º e 2º grau, será de 50% (cinquenta por cento) das aulas dadas e atividades pedagógicas de frequência obrigatória.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, poderá o Conselho Estadual de Educação autorizar promoção de alunos com assiduidade inferior a 50%.

Considerando as fichas Individuais dos alunos, observa-se que, em termos de aproveitamento, encontram-se os interessados no quartel superior da escala de avaliação, com muitas conceitos B, alguns A e raros C no total dos componentes curriculares, ao longo do ano letivo. Sua situação encontra, assim, guarida no artigo 2º da Deliberação acima referida, cabendo ao CEE considerar os alunos promovidos. Situação assemelhada foi analisada no Parecer nº 813/79.

Seguindo outra linha de raciocínio, seria o caso de se considerar os alunos promovidos, por analogia aos casos da Matrícula extemporânea. Este Colegiado tem concedido matrícula a alunos que passaram a frequentar a Escola por motivos diversos, em maio, junho e até julho do ano letivo, computando-se para avaliação a frequência a aproveitamento a partir desses meses. Foi o determinado nos Pareceres 1394/86, 1396/83 e 1091/84.

Na situação presente, embora não caracterizada como de matrícula extemporânea, vivem os interessados a mesma peculiaridade de ter um período letivo, no caso, o bimestre final, sem avaliação de aproveitamento e frequência. Seria então de se considerar, para fins de promoção, reguardadas as disposições quanto à média de frequência e aproveitamento, apenas o período, em que os alunos foram assíduos.

3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, fica a EEPSPG "Profª Amélia dos Santos Musa", da DE de Ribeirão Preto, autorizada a expedir histórico escolar com a promoção dos Alunos GLÁUCIA LENIA INHAUSER E AGLICE SANDRIE INHAUSER, respectivamente na 6ª e na 5ª séries do primeiro grau, em 1988.

São Paulo, 15 da março de 1989.

a) Consª Elba Siqueira de Sá Barretto
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 29 de março de 1989.

a) Consº Jorge Nagle
Presidente